



CONTRATO Nº 1507004 -2021

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM GERAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL CAPANEMA /PA, QUE ENTRE SI FAZEM MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PREFEITURA MUNICIPAL E A EMPRESA PONTES HOSPITALAR LTDA -EPP, NOS TERMOS A SEGUIR EXPOSTOS:

Por este instrumento particular o **MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PREFEITURA MUNICIPAL**, entidade de Direito Público, com CNPJ nº 05.149.091/0001-45, com sede à Avenida Djalma Dutra, nº2506, Centro, nesta cidade de Capanema, Estado do Pará, ora denominado de **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor **FRANCISCO FERREIRA FREITAS NETO**, brasileiro, casado, agrônomo, portador de RG nº 3151121/SSP-PA e CPF/MF nº 058.810.802-20, residente neste município, **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, representada por sua secretária municipal, senhora **WALDIMARY DO SOCORRO TEIXEIRA LEITE FREITAS**, brasileira, casada, advogada, portadora de RG nº 5982907/PC-PA e CPF nº 222.246.532-04, residente e domiciliada nesta cidade de Capanema, Estado do Pará, denominada de **INTERVENIENTE** e de outro lado à empresa **PONTES HOSPITALAR LTDA -EPP**, com CNPJ 63.822.597/0001-70, Localizada na Travessa Breves, Nº 842, Bairro Jurunas, CEP66.025-150, Belém/PA, doravante denominada **CONTRATADA**, por seu sócio **ROBERTO WALDESMAND DA SILVA PONTES**, brasileiro, casado, comerciante, com RG 1.540.921 SSP/PA e CPF 491.639.907-25, residente e domiciliado à Travessa Timbó, nº2350, Apto 1302, Bairro do Marco, Cep 66.039-340, Belém/PA, tendo em vista o que consta no processo e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico SRP nº 018/2021**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a Contratação de Pessoa Jurídica para aquisição de Medicamentos em Geral, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, com previsão total anual conforme planilhas constantes da Ata de Registro de Preço, vinculada ao **Edital 018/2021** e §1º desta cláusula, conforme as descrições e especificações acima e a proposta da Contratada.

§1º. Serão adquiridos os seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. MIN.	QUANT. MÁX.	UNID.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Acebrofilina 25mg/ml, solução oral, Fr 120 ml	10.000	12.000	FRASCO	R\$ 3,42	R\$ 41.040,00
3	Aciclovir 200 mg	5.000	10.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,21	R\$ 2.100,00
9	Ácido Tranexâmico 50mg/ml (250mg), injetável, Via Parenteral	25.000	30.000	AMPOLA	R\$ 4,17	R\$ 125.100,00

13	Albendazol comprimido 400mg	30.000	50.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,36	R\$ 18.000,00
23	Ampicilina sódica 500mg, via oral	20.000	30.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,38	R\$ 11.400,00
24	Atenolol comprimido 25 mg	155.000	180.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,06	R\$ 10.800,00
27	Azitromicina comprimido 500mg	250.000	300.000	COMPRIMIDO	R\$ 1,22	R\$ 366.000,00
28	Benzilpenicilina benzatina 1.200.000 UI	18.000	20.000	AMPOLA	R\$ 9,50	R\$ 190.000,00
41	Captopril comprimido 25 mg	400.000	500.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,04	R\$ 20.000,00
52	Ceftriaxona 1G IV	25.000	28.000	FRASCO	R\$ 8,05	R\$ 225.400,00
54	Cetoconazol 200 mg	100.000	120.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,26	R\$ 31.200,00
71	Cloridrato de ambroxol infantil - 100 ml	10.000	12.000	FRASCO	R\$ 1,68	R\$ 20.160,00
74	Cloridrato de Amiodarona comprimido 200 mg	30.000	36.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,53	R\$ 19.080,00
77	Cloridrato de Ciprofloxacino 500 mg	100.000	120.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,25	R\$ 30.000,00
91	Cloridrato de Metformina comprimido 500 mg	150.000	200.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,10	R\$ 20.000,00
94	Cloridrato de metoclopramida 5 mg/ ml	20.000	45.000	AMPOLA	R\$ 0,50	R\$ 22.500,00
102	Cloridrato de prometazina 2 mg/ml	19.000	26.000	AMPOLA	R\$ 1,96	R\$ 50.960,00
105	Cloridrato de Propranolol comprimido 40 mg	72.000	80.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,05	R\$ 4.000,00
114	Complexo B Injetável, Polivitamínico 2 ml	100.000	120.000	AMPOLA	R\$ 1,38	R\$ 165.600,00
150	Fosfato dissodico de Dexametasona 4 mg/ml, Fr-Amp/Amp 2,5ml; Prazo mínimo de val. de 12 meses	50.000	60.000	AMPOLA	R\$ 1,38	R\$ 82.800,00
151	Fosfato sódico de Prednisolona sol oral 3 mg/ml	25.000	30.000	FRASCO	R\$ 3,65	R\$ 109.500,00
152	Furosemida comprimido 40 mg	100.000	120.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,06	R\$ 7.200,00
155	Gentamicina, Sulfato; 40 mg inj – 1ml	15.000	18.000	AMPOLA	R\$ 0,99	R\$ 17.820,00
156	Gentamicina, Sulfato; 80 mg inj – 1ml	30.000	36.000	AMPOLA	R\$ 1,25	R\$ 45.000,00
157	Glibenclamida comprimido 5 mg	250.000	300.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,03	R\$ 9.000,00
169	Hidrocortizona 100mg	10.000	12.000	AMPOLA	R\$ 2,76	R\$ 33.120,00
170	Hidrocortizona 500mg	9.500	10.500	AMPOLA	R\$ 6,00	R\$ 63.000,00
179	Ivermectina 6 mg	150.000	200.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,79	R\$ 158.000,00
181	Levofloxacino 500mg	20.000	30.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,75	R\$ 22.500,00
189	Loratadina xarope 1 mg/ml *	20.000	24.000	FRASCO	R\$ 2,68	R\$ 64.320,00
202	Metronidazol + Nistatina, dosagem de (500mg + 100.000 UI) /5g, creme vaginal, bisnaga+aplicador	13.000	15.600	BISNAGA	R\$ 7,00	R\$ 109.200,00
204	Metronidazol comprimido 250 mg	100.000	120.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,15	R\$ 18.000,00
208	Neomicina + Bacitracina, 50mg/g + 250UI/g, pomada	30.000	36.000	BISNAGA	R\$ 2,06	R\$ 74.160,00
211	Nimesulida 100mg, drágea	100.000	120.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,09	R\$ 10.800,00
212	Nimesulida 50mg, conta gotas/ml, via oral	15.000	18.000	FRASCO	R\$ 1,61	R\$ 28.980,00



225	Paracetamol solução oral 200 mg/ml	20.000	24.000	FRASCO	R\$ 0,62	R\$ 14.880,00
237	Prednisona comprimido 5 mg	100.000	120.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,09	R\$ 10.800,00
245	Salbutamol 2mg/ml, conta gotas, via oral	10.000	12.000	FRASCO	R\$ 1,10	R\$ 13.200,00
247	Simeticona comprimido 40 ml	50.000	60.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,14	R\$ 8.400,00
249	Sinvastatina comprimido 20 mg	300.000	350.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,09	R\$ 31.500,00
261	Succinato sódico de Hidrocortisona 500 mg	15.000	18.000	AMPOLA	R\$ 6,00	R\$ 108.000,00
266	Sulfato de Gentamicina 40mg Injetável	20000	30000	AMPOLA	R\$ 0,99	R\$ 29.700,00
272	Sulfato de Neomicina x Bacitracina 5mg/g pomada	5.000	7.000	BISNAGA	R\$ 2,06	R\$ 14.420,00
276	Sulfato ferroso comprimido 40 mg	300.000	320.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,06	R\$ 19.200,00
282	Tiabendazol pomada	1.000	1.200	BISNAGA	R\$ 6,43	R\$ 7.716,00
TOTAL						R\$ 2.484.556,00

§2º. O quantitativo é estimado, e somente será pago o efetivamente solicitado e entregue

§3º. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do **Pregão eletrônico nº 018/2021**, com seus Anexos, Ata de Registro de Preços e a Proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

2.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor especialmente designado, o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, sob os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA, quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;
- b) Atestar as notas fiscais/faturas, por servidor competente;
- c) Fornecer à CONTRATADA a “Requisição de produto, devidamente preenchida, datada e assinada.
- d) Efetuar o pagamento à empresa a ser contratada de acordo com o preço, os prazos e as condições estipuladas na **licitação nº 018/2021**, e no contrato;
- e) Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente através de preposto por ela credenciada;
- f) Cumprir fielmente o Contrato;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução deste contrato, entregando os produtos em perfeitas condições de uso e de acordo com as normas vigentes;
- b) Responsabilizar-se integralmente por todos os ônus referentes ao serviço/produto ora contratado, tais como fretes, impostos, seguros, taxas, encargos sociais e obrigações trabalhistas e civis, decorrentes do objeto do presente contrato;
- c) Providenciar, através de seu preposto, a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução do contrato, prestando os devidos esclarecimentos ao setor de fiscalização da CONTRATANTE;
- d) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comunicando imediatamente à CONTRATANTE, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente;



- e) Responsabilizar-se pelos danos materiais ou pessoais causados à CONTRATANTE, quando decorrentes de dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços de mercado, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a Instituição reserva-se ao direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo de poder denunciar o contrato, de pleno direito;
- f) Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhes inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões;
- g) Responder por todo ônus, relativo a salários e encargos sociais e legais, impostos e seguros, referente aos seus empregados;
- h) Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto deste Contrato, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente, independente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE;
- i) Adotar todos os critérios de segurança, tanto para seus empregados, quanto para a execução dos serviços em si;
- j) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas através da presente contratação, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- k) Não contratar durante a prestação dos serviços servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE;
- l) Fornecer garantia do produto, por no mínimo 30(trinta) dias, independente da garantia do fabricante dos equipamentos.
- m) Zelar pela boa e fiel execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

§1º. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

§2º: A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. O preço dos produtos é o constante da Ata de Registro de Preço, vinculado ao **Edital nº 018/2021**, cujo valor mensal a ser pago será obtido através da soma dos produtos efetivamente requisitados e recebidos pela Secretaria Municipal de Saúde

5.2 O valor estimado do presente contrato é **R\$ 2.484.556,00(DOIS MILÕES, QUATROCENTOS E OITENTA E QUATRO MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS)**

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



6.1 Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

- a) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
- c) Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

6.2 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de serviço;
- b) Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

§1º. Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, rescisão do contrato e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

§2º. Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

§3º. A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a partir de 120 (cento e vinte) dias de sua formalização, e desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração de seus encargos.

§4º. Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

§5º. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

6.3 Não será concedida a revisão quando:

- a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;
- c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento. Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Prefeitura Municipal de Capanema, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



7.1. A Contratante pagará à Contratada pelos produtos; adquiridos, até o trigésimo dia útil após a apresentação, junto a Secretaria Municipal de Finanças, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

§1º. O pagamento far-se-á por meio de transferência bancária na conta corrente da contratada.

§2º. Incumbirá à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

§3º. A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64 e alterações posteriores;

§4º. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

§5º. A Nota Fiscal deverá vir acompanhada da Certidão de INSS, FGTS e Trabalhista, sob pena de não recebimento.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1. O contrato vigorará a partir da data de assinatura por um período de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado caso ocorra necessidade e interesse público.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A despesa decorrente da contratação do objeto deste contrato correrá por conta dos recursos consignados à CONTRATANTE no Orçamento Municipal, para Exercício de 2021:

Órgão: 0703 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: - Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 10 302 0068 2.053- Manutenção do Centro de Apoio Social-CAPS.

Programa de Trabalho: 10 301 0052 2.043- Manutenção do Piso Básico de Assistência Farmacêutica.

Programa de Trabalho: 10 301 0046 2.039- Manutenção do Programa Saúde da Família- PSF

Programa de Trabalho: 10 302 0068 2.054- Manutenção do Programa da Unidade de Pronto Atendimento- UPA.

Programa de Trabalho: 10 122 0050 2.034- Enfrentamento da Emergência em Saúde Pública- COVID-19.

33.90.30.00- Material de Consumo.

33.90.30.48- Medicamento.

Parágrafo Único – DA NOTA DE EMPENHO: Será emitida Nota de Empenho Estimativo à conta da dotação orçamentária específica para atender às despesas inerentes à execução deste Contrato, durante o Exercício corrente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. No caso de atraso ou inexecução do objeto do presente contrato serão aplicadas a Contratada sanções administrativas.

I - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora.

§1º. Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o



valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

§2º. Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do objeto;

§3º. A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no **edital nº 018/2021** e na Lei Federal nº. 8.666/93;

II - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

a) Advertência;

b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

§ 1º. As sanções previstas nas alíneas "a", "c"; "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").

§ 2º. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário Municipal, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Municipal.

§ 3º. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pela Secretaria Municipal, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

III – As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar

o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões



de defesa;

c)O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8666/93;

d)O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

e)Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;

f)O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA RESCISÃO

11.1. A rescisão do contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, no que couberem com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais termos aditivos em Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA -DO FORO

13.1. Fica eleito o foro de Capanema - PA, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Capanema- Pa, 15 de julho de 2021

FRANCISCO FERREIRA FREITAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL DE CAPANEMA

WALDIMARY DO SOCORRO TEIXEIRA LEITE FREITAS
INTERVENIENTE

PONTES HOSPITALAR LTDA
CONTRATADA